



O campo vai à cidade: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan

André Mota¹

As modificações trazidas pelo republicanismo, em 1889, com o surgimento dos municípios e de suas instituições representantes, configuraram no Estado de São Paulo uma sistemática disputa entre as forças políticas municipais e estaduais. Com o processo de urbanização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e todos os elementos modernizantes que deveriam gerar laços de interligação e interdependência, a intensidade desses choques estabelecia cadeias de interesses entre comunidades². Na raiz dessa pendência, havia uma dicotomia entre o interior e a capital, entre pequenos centros rurais e cidades mais populosas. Analisando os elementos que erigiram os novos emblemas de cunho liberal-agrário-exportador, inspirados na transição do trabalho escravo para o trabalho livre na economia cafeeira, Sérgio Buarque de Holanda focalizou duas mudanças que vinham ocorrendo: uma que tendia a alargar a ação das

¹ Doutor em História pelo Depto. de História, FFLCH-USP. Atualmente é bolsista Fapesp (pós doutoramento) no Depto. de Medicina Preventiva da FMUSP, andremot@ig.com.br.

² TELAROLLI, Rodolpho, *Organização Municipal e Poder Local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História, FFLCH-USP, 1981, p. 24.

comunidades urbanas e outra que restringia a influência dos centros rurais, reduzidos, ao fim e ao cabo, a meras fontes abastecedoras, a colônias das cidades³.

Na mesma direção, havia uma oposição “entre os grandes fazendeiros, moradores dos principais centros urbanos (São Paulo, Santos e Campinas), de um lado, e a lavoura, proprietários de terra, habitantes do interior, de outro”⁴. Por essa hipótese, fundava-se um conflito sistemático entre esses grupos, prevalecendo os interesses do primeiro em detrimento das reivindicações do segundo, com um elemento cuja regularidade na Primeira República patenteava as escolhas feitas: “a ausência sistemática de uma política de crédito que livrasse a lavoura (...) do despotismo dos oligopsônios comerciais.”⁵ (Figura 1).



Figura 1: Fazendeiros, sítiantes e roceiros na “Semana do Fazendeiro”, cidade de Viçosa, 1940. (Acervo: Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1996, p. 173.

⁴ PERISSINOTO, Renato M., “Classes Dominantes, Estado e os Conflitos Políticos na Primeira República em São Paulo: Sugestões para Pensar a Década de 1920”. In: Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres Costa (orgs.), *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*, São Paulo, Unesp/Fapesp, 1997, p. 45.

⁵ *Idem*, p. 49.

Diante dessa tensão, as elites interioranas acusavam o mundo urbano e seus habitantes de “parasitas” que atravancavam o desenvolvimento de suas regiões. Em estudo sobre a oligarquia paulista e suas ideologias, Elias Thomé Saliba⁶ observa um pensamento ruralista dicotômico entre campo e cidade nas idéias políticas e econômicas de Cincinato Braga, para quem a produção cafeeira identificava-se com os interesses nacionais e o camponês era o produtor. Numa posição contrária ao mundo da produção e do trabalho, as classes urbanas teriam o único papel de “consumidoras” e eram reduzidas, por generalização, a “parasitárias”, por dependerem do trabalho do campo⁷. Assim, sob o prisma da desconfiança, parte das elites via “a população das cidades como ‘classes perigosas’, e a cidade como locus da desordem social e política e da improdutividade econômica”.⁸

Por isso, defendia-se a introdução de uma ideologia ruralista para o país, inclusive no plano educacional. Para seus propugnadores, havia a necessidade de se afinarem as vozes em torno de um projeto pedagógico capaz de servir de base à reestruturação do mundo agrário brasileiro⁹, contrapondo-se ao mundo das cidades e a suas instituições educacionais urbano-industriais. Duas finalidades eram defendidas como prioritárias na consecução desse projeto. A primeira seria uma educação capaz de criar vínculos entre o homem do campo e suas origens, evitando-se o êxodo rural: “o ruralismo pedagógico defendia um ensino especificamente rural, com extensão, qualidade, organização, programas e métodos diferentes do ensino ministrado

⁶ Elias Thomé Saliba, *Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista: a Atuação e as Idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História, FFLCH-USP, 1981.

⁷ Rodolpho Telarolli, *A Organização Municipal e o Poder Local no Estado de São Paulo*, *op. cit.*, p. 46.

⁸ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Aduino Lúcio Cardoso, “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (orgs.), *Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 58.

⁹ ABRÃO, José Carlos. *O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceitualização de educação rural*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FEUSP, 1982, p. 17.

nas cidades.”¹⁰ A outra finalidade concernia ao plano abstrato da felicidade do homem que vivia no campo, resgatando um “tempo pretérito e original”, onde estaria a chave para os problemas que afligiam o homem do interior, principalmente o “desviante” que foi para a cidade. Esse seria o tempo mitológico da terra benfazeja, “o mito do ‘em se plantando, tudo dá’, que acompanha ou faz parte desse ‘tempo perdido’ que só alguns poucos conseguiram desvendar.”¹¹

Nessa perspectiva, conceituar aquilo que se chama “educação rural”, lembra Abrão, exige considerar a historicidade de sua elaboração e prática, pois essa operação envolve uma adesão a um projeto político e econômico voltado para o meio rural, “implicando uma visão de realidade a ser transformada em que o ‘homem do campo’ é o objeto principal das considerações, envolvendo também uma visão sobre a importância da escola na consecução de objetivos e fins cujos determinantes já estão implícitos na proposta do projeto político-econômico.”¹²

No caso paulista, a década de 1930 foi fortemente marcada pelo ruralismo pedagógico apregoado pelo educador, escritor e político Sud Mennucci. Em 1910, assumia seu cargo de professor numa escola rural de Cravinhos, no interior de São Paulo. Em 1925, foi professor secundarista no Liceu Franco Brasileiro e já em 1930 ajudou a criar o Ginásio Paulistano. Durante o governo Vargas, assumiu três vezes o cargo de diretor do Departamento de Educação, no qual instituiu 18 delegacias de ensino, 104 grupos escolares, 23 ginásios, 15 colégios e 10 escolas normais. Para orientar o ensino rural, procurou criar a Assistência Técnica do Ensino Rural¹³. Pensava que os governos cuidavam das cidades e apenas delas:

¹⁰ PIRES, Veríssimo Lopes. *O ensino de história nas escolas primárias 1940-1950*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – USP, 1996, p. 68.

¹¹ ABRÃO, José Carlos. *O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural*, op.cit., p. 18.

¹² Idem, p. 28.

¹³ MOURA, Maria Isabela G. Landell. *A cruzada ruralista: concepções, práticas e estratégias educacionais*. São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História-FFLCH-USP, 2004, p. 15-16.

“(...) dedicando-lhes todo o carinho de que eram capazes e todas as verbas orçamentárias, como se não existisse a interminável campanha brasileira, como se os oito e meio milhões de quilômetros quadrados do território nacional fossem cobertos inteiramente de casas e de ruas e de largos e praças, ou como se a nossa roça continuasse a ser habitada unicamente pelos escravos, que dela haviam fugido vinte anos antes.”¹⁴

Defendia que a única saída para esse abandono do mundo rural estava na introdução de metodologias pedagógicas capazes de retirar o homem do campo de sua ignorância, a partir dos valores do mundo rural. Entre os obstáculos à execução desse projeto, destacava-se a formação do professor. Segundo Sud Mennucci, o ensino rural tinha “na ignorância do professor” seu maior e praticamente único problema, pois a formação urbana e seus propósitos profissionais distanciavam-no de um programa específico a ser implementado. Mais do que isso, não se dava a esse profissional a oportunidade de adquirir os conhecimentos específicos de um ensino essencialmente rural:

“Onde é que os professores iam aprender as cousas novas que o governo lhes estava a exigir? Sim, para ensinar nossas culturas, criação de animais úteis, conhecimento dos animais e vegetais nocivos, moléstias dos animais e vegetais, noções práticas de aboricultura, horticultura e jardinagem, é preciso saber agricultura geral e especial, zootecnia, veterinária. E, para ensinar utilmente um pouco – é axioma velho em pedagogia – é preciso saber muito. Onde iam os professores aprender essas novidades? Nas Escolas Normais Urbanas de onde tinham provindo, de nada disso se cuidara. Nas Normais Urbanas não só é proibido, mas motivo de ridículo falar em agricultura e em zootecnia.”¹⁵

¹⁴ MENNUCCI, Sud. *Pelo sentido ruralista da civilização*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1935. p.21.

¹⁵ Idem, p. 39.

Também para o professor Carneiro Leão, antigo diretor geral de Instrução Pública da Universidade do Distrito Federal, o problema do mestre era o mais grave de todos. Ao observar o currículo formador, notou o professor Leão quanto a cultura urbana se contrapunha à rural ou, melhor, como se contrapunha a “civildade” à “barbárie”. Eis a mentalidade do professor, ao chegar às zonas rurais do país:

“(...) despeitado, insulado dentro de si mesmo, alheio ao ambiente natural, cultural e social que julga inferior, mediocri-zante, hostil, o professor é incapaz de se fazer útil na solução do menor problema da vida de seus alunos, de suas necessi-dades econômicas ou sociais.”¹⁶

Foi com pendências dessa natureza, que as propostas ruralistas concretizadas em solo paulista foram resumidas às escolas-modelo rurais, “no estilo que os administradores denominavam de movi-mento renovador”. Eram elas:

“(...) a criação da Escola Normal de Piracicaba; a organização da Sociedade de Amigos de Alberto Torres e da Sociedade Luiz Pereira Barreto, ambas atuando na propaganda do ruralismo; a criação de Clubes de Trabalho pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; e o desenvolvimento de algumas expe-riências de ensino rural, como da Escola Rural da Fazenda da Barra, em Casabranca e a do Grupo Escolar do Butantan.”¹⁷

Uma escola rural na metrópole: o Grupo Escolar Rural do Butantan

Em 8 de fevereiro de 1945, o jornal O Diário de São Paulo festejava os dez anos de ruralização do Grupo Escolar do Butantan. Por decreto de 3 de julho de 1935, sob a assinatura do Secretário da Educação Cantídio de Moura Campos, ruralizou-se o Grupo

¹⁶ LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural: seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro, Ed.A noite, 1939, p. 283.

¹⁷ PORTO, Maria do Rosário Silveira. *Escola rural: cultura e imaginário*. São Paulo, Tese de Doutorado, FEUSP, 1994, p. 93.

Escolar, então sob a direção da professora Dinorah Círio Chacon. Essa ruralização vinha sendo efetuada havia dois anos, pela professora Noêmia Saraiva Matos Cruz, que, no Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia, impressionava os congressistas com o relato e o documentário de suas atividades ruralistas. Ao assumir a direção da escola, em setembro de 1935, essa educadora pôs em marcha seu projeto, até 1943, quando foi nomeada Inspectora do Ensino Rural do Governo Federal.

Para O Diário de São Paulo, a saída de Noêmia Cruz não desanimou as professoras, que continuaram no Grupo Escolar desenvolvendo os ensinamentos ruralistas da antiga diretora:

“(...) a professora Laudicena Colaço, que lhe sucedeu, traçou diretrizes seguras para o desenvolvimento de suas atividades. Duas professoras – Maria Josefina Kuhlmann e Dinah Cacondede de Freitas – que já possuíam bagagem de conhecimento e prática adquiridos no próprio grupo, foram alunas mais capazes do Curso de Especialização de Pinhal, de onde voltaram com a orientação segura para as lides do ensino rural.”¹⁸

Até 1932, a região do Butantã tinha alguns núcleos escolares, inclusive o Grupo Escolar do Butantan, sediado na fazenda onde ficava o já famoso Instituto Butantan. Em 1933, Afranio do Amaral, diretor do Instituto e incentivador do projeto, viu na criação de uma escola de cunho rural a possibilidade de um centro formador para futuros funcionários seus:

“A fim de atender as suas urgentes necessidades de preparar pessoal técnico habilitado sob orientação definida desde os bancos escolares e dentro de uma atmosfera de disciplina e de amor ao trabalho, esta diretoria prosseguiu no seu plano de facilitar as atividades do Grupo Escolar que, de acordo com a Diretoria Geral de Ensino, instalou em um de seus prédios e

¹⁸ O Diário de São Paulo, São Paulo, 08/02/1945, p. 6.

*onde recebem instrução primária cerca de 400 crianças, cuja maioria pertence às famílias de funcionários do Instituto.*¹⁹

Na perspectiva traçada por Sud Mennucci, coube ao governo permitir a efetivação do ensino rural ao Grupo Escolar do Butantan, através das disposições do decreto no 6.047, de 19 de agosto de 1933.²⁰ Segundo a professora Noêmia Cruz, houve um convite para que ela fosse “trabalhar no novo Grupo Escolar de Butantan, criado especialmente para nele se instalar a Escola Primária Rural.” Esse chamado veio do Diretor de Ensino, Sud Mennucci, aconselhando “nas suas obras magníficas de educação e sociologia, a importância do ensino rural em São Paulo.”²¹

Como a maior entusiasta, Noêmia Cruz mobilizou-se no sentido de ganhar profissionalmente os dotes educativos e científicos para a formação de um “verdadeiro” professor de escola rural, o que lhe valeu uma carreira meteórica – em 1932, era professora primária; em 1934, ativa participante do 1o Congresso de Ensino Regional na Bahia; em 1935, diretora da Escola Rural do Butantan, e em 1939, era já representante do Estado de São Paulo no Congresso de Ensino de Minas Gerais. Foi ali que recebeu o desafio de organizar o ensino rural de Juiz de Fora, o que lhe valeu o cargo federal de Inspetora do Ensino Rural. Ainda assumiu a chefia da Assistência Técnica do Ensino Rural e a Superintendência da Escola Profissional e Agrícola, onde requereu sua aposentadoria.

No registro de suas aulas, vê-se que criava uma complexa rede de temas e posturas que articulavam conhecimento do mundo do trabalho rural, patriotismo e higiene eugênica, com significados dos mais variados teores, que seria impossível inscrever numa esfera única. O discurso e a meta da professora Noêmia era construir rigorosamente o modelo escolar rural. Já seus resultados mostram que não estava

¹⁹ AMARAL, Afranio. Relatório Anual do Instituto Butantan, 1933, p. 16.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ CRUZ, Noemia Saraiva de Matos. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária do Grupo Escolar de Butantan*. Rio de Janeiro, Editores J. R. Oliveira, 1936, p. 21.

em jogo apenas uma tática pedagógica, mas uma visão de mundo em que o conhecimento de técnicas agrícolas e higiene deveria acarretar a própria redenção da nação brasileira. (Figura 2).



Figura 2: Curso voltado para o ensino rural na cidade de Viçosa. Despedida da Inspetora Federal de Ensino Rural, Noêmia Mattos Cruz (ao centro), 1940. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

Nesse contexto, podemos acompanhar alguns de seus movimentos na busca da legitimidade e do nível esperado de um professor tão especial. Sobre o início dessa formação, ela mesma lembrou:

“(...) não havendo em São Paulo organizado um curso especial onde eu pudesse aprender tudo de que precisava, para transmitir aos meus alunos, procurei, eu mesma, traçar um plano de aprendizado, não só teórico, mas, sobretudo prático e in loco, nos diversos departamentos paulistas da Secretaria da Agricultura, que passei a frequentar.”²²

²² CRUZ, Noêmia Saraiva de Matos. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária do Grupo Escolar de Butantan*, op. cit., p. 22.

Assim, Noêmia Cruz foi aluna e observadora do Curso de Criadores, de Avicultura, de Apicultura e Laticínios no Instituto Biológico. Logo depois, matriculou-se, através da Diretoria de Indústria Animal do Parque da Água Branca, no Curso de Capatazes, onde cursou as matérias de Laticínios, Apicultura, Sericultura, Piscicultura, Zootecnia Geral e Veterinária. Ainda fez vários estágios: no Instituto Biológico, nas seções de Entomologia, Fitopatologia e Botânica; na Escola Agrícola Luiz de Queiroz em Piracicaba; no Instituto Agrônomo de Campinas e na Fazenda Santa Elisa, onde adquiriu conhecimento e conselhos na área de Agricultura.

Citem-se ainda os cursos da Escola Normal – Higiene, Educação Sanitária e Puericultura – e principalmente os do Instituto de Higiene de São Paulo, como educadora sanitária – Puericultura, Alimentação, Enfermagem, Epidemiologia e Socorros de Urgência. Sublinhe-se que o Instituto visava estimular campanhas sanitárias nas escolas e coletividades, com o manifesto projeto de regeneração racial²³ a partir de ações educativas e higienistas em áreas consideradas rurais.

Esse projeto ia ao encontro das pretensões ruralistas da professora Noêmia, pois sua cruzada sanitária e educativa se aproximava do ideal de remodelação do homem do sertão e de sua comunidade. O futuro promissor expresso no emblema estampado no diploma das educadoras sanitárias foi de grande valor para seus objetivos; dizia: “A educação sanitária semeia, a raça colherá seus frutos.” Para Rocha, essa máxima simbolizava:

“(...) a farta colheita de uma raça redimida do pecado da miscigenação. Sob o brilhante e resplandecente sol da saúde, cabia às educadoras sanitárias, qual jardineiras, preparar terreno e semear a consciência sanitária, regenerando para o trabalho um povo que, como Jeca Tatu, mourejava, vítima da própria ignorância e incúria.”²⁴

²³ Sobre o discurso médico-eugênico paulista acompanhar: MOTA, André. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

²⁴ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes*, São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação-USP, 2001.p.184

Como se depreende facilmente, Noêmia Cruz esperava de toda essa formação a inversão dos conhecimentos didáticos oficiais até então aplicados nas escolas rurais, desenvolvendo uma metodologia própria e, por mais que se tentasse negá-lo, pautada numa formação urbana e higienista. Para Demartini, no *Dicionário de Educadores no Brasil*, Noêmia Saraiva de Mattos Cruz foi capaz de se projetar exatamente “pela experiência inovadora que desenvolveu com base nas propostas do ruralismo pedagógico. Mulher da cidade grande, Noêmia se dizia de ‘alma ruralista’.”²⁵ Contudo, uma maior aproximação de seu cotidiano pedagógico revelará uma nítida articulação educacional, política e científica, representando valores nacionais de progresso, avanço civilizatório e racial. Em seu próprio livro, escrito com a intenção de “ensinar” sobre o dia-a-dia de uma escola rural, idéias, concepções e estratégias didáticas mesclam-se à sua classe social original e à sua visão política sobre quem eram o Brasil e o brasileiro ideais. (Figura 3).



Figura 3: Livro publicado por Noêmia Mattos Cruz sobre o ensino ruralista. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

²⁵ DEMARTINI, Zeila de Brito. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz (verbete) In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro, EdUFRJ/MEC/INEP, 2002, p. 856.

Entre as diversas atividades desenvolvidas no Grupo Escolar do Butantan, algumas são particularmente significativas dos objetivos traçados para o ensino rural. Assim, longe de abranger tantas dimensões, vamos apenas flagrar alguns aspectos dignos de atenção, como a chegada da professora Noêmia Cruz à 4ª série. Inspirada no modelo norte-americano dos clubes de jovens agricultores e criadores, ela imprimiu mudanças importantes na história da instituição, fundando, já em 19 de novembro de 1933, o Clube Agrícola Escolar. Esse Clube facilitou a implementação das primeiras diretrizes pedagógicas do ruralismo, sem interferir nas práticas pedagógicas do ensino urbano. Para Noêmia Cruz, “esse clube teria o fim especial de propagar o amor à natureza e de ensinar aos sócios atividades agro-pecuárias nos terrenos do Grupo”²⁶. Através dele, ela organizou os alunos e as atividades a serem realizadas. Um pouco mais tarde, como diretora do Grupo Escolar, incorporou todos os alunos a essas atividades, ao mesmo tempo em que suprimiu as “disciplinas urbanas”. O aprendizado viria da prática agrícola e de suas necessidades – do português à matemática, da história à geografia (Figura 4):

“(...) não basta alfabetizar, ensinar a dizer que o Brasil foi descoberto por acaso (...) que tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados, que é maior que este ou aquele país (...) Não basta decorar lições, histórias e teorias, deixando a criança presumida, árida e indefesa. Não! O Brasil não deve ser um ‘vasto hospital’, como o chamou um dos nossos higienistas, nem um país de incapazes e teóricos. Mas, sim, um grande país com educação, organização, habitado por homens fortes que cultuem seu amor, semeando e colhendo, tornando rica, livre e feliz a sua pátria – não só nas cidades, mas principalmente no campo, na roça, de onde nos vem tudo!”²⁷

²⁶ CRUZ, Noêmia Saraiva Mattos, op.cit. p. 27.

²⁷ Idem, p. 82-83.



Figura 4: 1a. diretoria do Clube Agrícola, 1933. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

Foi assim que a professora pôs em pauta as atividades rurais a se desenvolverem, primeiro, pelos membros do Clube e, mais tarde, por todos os alunos do Grupo Escolar: horticultura, floricultura, avicultura, cunicultura, apicultura, roças de milho, feijão, soja, trigo, arroz, aveia, centeio e cevada. Também se desenvolveram técnicas em pomicultura, silvicultura, plantas medicinais, ornamentais e forrageiras. Os “alunos-produtores” eram avaliados pelas atividades desenvolvidas e os resultados de sua produção. Na carteirinha do Clube, “de cartolina amarela e escrita de verde (cores nacionais), os alunos que mais se destacavam tinham o seu retrato na carteira.”²⁸ Para os ganhadores de concursos e gincanas, a professora registrava em sua câmera fotográfica o “instante do campeão” (Figura 5).

²⁸ Idem, p. 42.



Figura 5: Imagem do aluno campeão de um Concurso de Aves da Escola Agrônômica de Piracicaba. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

Mas, entre as atividades práticas, outras estratégias pedagógicas supriam as necessidades formativas dos alunos. Entre os raros materiais didáticos adequados aos propósitos do ensino ruralista, havia um livro de leitura obrigatória – *Saudade*, um didático escrito em 1920 por Thales de Andrade²⁹ –, em que se elogiava abertamente a vida campesina, que se considerava superior à urbana: “o pobre da roça era um nababo comparado com o pobre da cidade.”³⁰

Para a professora Noêmia, esse era um manual de grande ajuda para a prática de leitura e o aprendizado dos valores ruralistas; por isso, seus alunos logo receberam exemplares. Em 231 páginas, o autor narra a história de Mario, um menino que viu com tristeza sua família vender a fazenda onde morava para ter

²⁹ Além desse, escrito para os 3º e 4º anos, encontramos entre suas produções a cartilha *Ler brincando*, os livros de leitura para o 2º ano do Grupo Escolar, *Vida na roça* e *Espelho*, e, para o 3º ano, *Trabalho*.

³⁰ MENNUCCI, Sud. *Pelo sentido ruralista da civilização*, op.cit. p. 45.

“a boa vida” da cidade. No entanto, ao contrário do que se esperava, a vida da cidade começou a empobrecê-los e, com o tempo, o sr. Raimundo, pai de Mario, vai trabalhar num escritório com um pequeno salário.

Esse “desvio de conduta” – como se apresenta a escolha do pai de Mario – liga-se ao discurso ruralista, que parte do princípio de que o homem do campo é um desajustado num sistema incapaz de colocar a terra como fator essencial de sustentação de riqueza para si, sua família e seu país. Assim, o discurso se volta para os trabalhadores rurais, que “não souberam” extrair da terra as oportunidades de seu “progresso e riqueza”³¹. Foi dessa constatação que o sr. Raimundo resolveu voltar com sua família para o campo, comprando um sítio em Capão Bonito, e Mário vai para uma escola rural³².

Esse homem bucólico, descrito tão caprichosamente, revela um outro elemento mitológico na construção da imagem do homem do roça: “o homem que vive no e do campo se realiza melhor como ser humano do que aquele que vive na cidade.” A escola agrícola não levava ao ensino superior, mas, para aqueles que quisessem se especializar “nas coisas do campo”, o ensino técnico era uma alternativa que São Paulo já poderia dar. A Escola Agrícola Luiz de Queiroz era citada como a instituição-modelo, lugar em que Mario finalizaria sua formação e ganharia seu futuro.

Exemplos como os apresentados eram emblemáticos para o esforço da educadora em tentar equacionar o “grande problema nacional” – a vida do homem do campo e sua formação. A seus objetivos originais, o Grupo Escolar do Butantan acrescentava a preparação do aluno “para a vida, educando seu coração no amor a Deus, à Pátria e a seus semelhantes”, em nome do que tentava introduzir uma “nova mentalidade nacionalista e rural”, contrapondo-se aos “decadentes” valores urbanos. “Tenho posto minha dedicação sincera a serviço duma causa que julgo patriótica e de

³¹ PORTO, Maria do Rosário Silveira. *Escola rural: cultura e imaginário*, op. cit., p. 49.

³² ANDRADE, Thales de. *Saudade*. São Paulo, Ed. Nacional, 1920, p. 73.

largos benefícios para a nacionalidade” – afirmava Noêmia Cruz, quando já era considerada uma referência em sua área.

Os limites da educação rural

Buscando conhecer a vida da “naçãozinha rural do Butantan” em outras fontes³³, notaremos que as demandas de um espaço escolar ruralizado em plena cidade de São Paulo acarretaram dinâmicas nem sempre referidas pela professora ou por seus apoiadores. Por esse viés, as ações destinadas a concretizar o projeto educacional ruralista obtiveram poucos resultados, até que as mudanças ocorridas em 1952 estenderam o tema ao âmbito nacional³⁴. Aproximando-se das escolas primárias no Estado de São Paulo, inclusive as rurais, a historiadora Circe Bittencourt constatou um quadro precário de ensino nas décadas de 1920 e 1930. Exemplarmente, a partir de 1928, os grupos escolares funcionavam em três períodos, como solução de emergência, alegadamente em função dos “altos custos das construções escolares, acabando o governo por optar, em nome de um atendimento mais extensivo, por medidas que comprometiam as propostas pedagógicas anunciadas pelos programas de ensino”³⁵.

No caso das escolas rurais, a situação era muito mais problemática. Em 1936, segundo o Diretor Geral de Ensino, Amadeu Mendes, eram 700 mil crianças em idade escolar que habitavam a zona rural, e 130 mil as que podiam se matricular. Segundo Bittencourt, não eram todas as 130 mil crianças que estavam matriculadas oficialmente, mas apenas algo em torno de 70 mil, sem se considerarem os índices de evasão e repetência.

³³ Acompanhar em: KALÓ, Leila Juliette. A reconstrução da escola no meio rural: discursos em confronto. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – USP, 1997. THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria N. (orgs.) Educação e escola no campo. Campinas, Papirus, 1993.

³⁴ BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963). São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação- USP, 1997.

³⁵ BITTENCOURT, Circe Maria F. Pátria, Civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas 1917-1939. São Paulo, Ed. Loyola, 1990, p. 98.

Mas a evasão e a repetência também tinham vínculos com o trabalho infantil, expediente usual nas áreas rurais. Mesmo proibido pela lei de 1934, esse tipo de trabalho era comum e pouco fiscalizado. O resultado era a acusação de professores e diretores aos pais, os responsáveis pela exploração do trabalho infantil. Embora sem ações efetivas, essa realidade era discutida com referências à organização regional do trabalho e à agenda escolar, e as pendências do ensino rural ficavam cada vez mais profundos e preocupantes para as autoridades educacionais³⁶.

Em estudo realizado pela Diretoria de Ensino do Estado em 1936, o número de crianças em período escolar no Butantan era de 1943, o que acusava a falta de 28 salas de aula. Quando surgiu, o Grupo Escolar do Butantan falava em 400 crianças matriculadas, o que supunha que a grande maioria estivesse fora do projeto escolar e ruralizador. Esse número se completa no próprio balanço da Diretoria de Ensino sobre as crianças sem escola em toda a capital:

“Só na cidade de São Paulo, calculamos em 18.000 o número de crianças em idade escolar que não conseguem matrícula nos estabelecimentos de ensino primário, quer públicos, quer particulares. Nas cidades e distritos do estado todo, haverá aproximadamente 100 mil crianças em iguais condições.”³⁷

Além de não conseguir atingir sua meta civilizatória para todas as crianças em idade escolar, O Grupo Escolar do Butantan enfrentava outras questões em seu dia-a-dia, que interferiam em suas ações educativas de maneira profunda a às vezes determinante. Apesar de não se notarem esses percalços nos relatórios, artigos e fotografias de Noêmia Cruz, eles se diluem entre os sorrisos dos alunos sempre perfilados, representando um grupo regenerado pelas mãos puras da natureza e por aqueles que trabalhavam diretamente com ela (Figura 6).

³⁶ Idem, p. 109.

³⁷ *Novos prédios para grupos escolares: estudos da diretoria de ensino e da diretoria de obras públicas*. São Paulo, Secretaria dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, 1936, p. 18.



Figura 6: “Temos a alegria de apresentar o resultado de nosso trabalho!!!!” Versão da professora Noêmia para uma imagem não tão alegre. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz e Instituto Butantan).

Um caso muito particular foi a relação estabelecida entre a escola e o Instituto Butantan. Aquela encontrava-se nos domínios e na esfera institucional deste, confundindo-se suas expectativas e necessidades. O projeto da escola de arborização do Butantan foi expressivo. Em seu caderno de anotações, a professora Noêmia Cruz registra “o recebimento de algumas enxadas velhas do Instituto, o que levou a pedir emprestadas para os pais dos alunos, e o recebimento do Horto Florestal de 263 mudas”, revelando que seu projeto inicial era fazer arborizar a região da Fazenda Butantan pelos membros do Clube Agrícola Escolar, que receberiam material suficiente para isso e as plantariam nos quintais e terrenos baldios. Porém, logo abaixo de sua relação de mudas, ela faz uma observação que parece frustrar-lhe planos: “a pedido do dr. Waldemar Pecholt,

botânico do Instituto, foram ofertadas ao Instituto 116 mudas”³⁸. O recebimento de cada uma das 147 mudas restantes foi documentado e assinado por cada um dos 129 alunos do Clube.

Assim foi também o pedido feito por ela, com a intervenção do sr. Rafael Xavier, do Ministério da Agricultura, ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de sementes de diversas árvores e plantas medicinais. Foram enviados 25 tipos sementes de diversas espécies e, “a pedido”, entregaram-se 15 tipos ao Instituto, com a observação: “atendendo ao pedido do sr. Waldemar Pecholt, da seção de Botânica (plantas medicinais) do Instituto, foram ofertadas as sementes de abio, ipê, pau d’arco, abricó do Pará, pérola vegetal, pau rei, malvácea, hernandia guayensis, bacopari, imburi, arica, anda-assu, cumaru, évea brasiliense, óleo-vermelho.”³⁹ Fosse por uma mudança de planos ou pela redução de um projeto mais abrangente, o fato era que a execução do projeto educacional ruralista tinha limites bem claros. A “civilização rural” que se tentava construir não se podia esconder em seu “tempo mitológico da terra benfazeja”, sobretudo com um Instituto de pesquisa que vivia nos anos de 1930 dias turbulentos e que afetavam a escola direta e indiretamente (Figura 7).

Entre 1936 e 1937, a idealização do mundo rural, feita por meio de fotografias ou narrativas, escondia um outro quadro, mais dramático e perturbador, cuja compreensão exige que se acompanhe um debate na Assembléia Legislativa de São Paulo – uma série de denúncias de ordem administrativa, financeira e moral contra Afranio do Amaral, diretor do Instituto, afastado pelo governador do Estado em 1937. Entre os fatos arrolados, alguns envolviam o Grupo Escolar Rural do Butantan.

O primeiro deles referia-se à construção de um pavilhão especial para trabalhos com o tifo exantemático, uma doença infecciosa, onde o dr. Amaral teria feito congregarem-se outras atividades, pondo em risco os que freqüentavam o local. Segundo o deputado padre Abreu:

³⁸ CRUZ, Noêmia Saraiva Mattos. *Livro de registros das árvores*. São Paulo, 1934. (manuscrito)

³⁹ Idem.



Figura 7: A “Festa das árvores” e a participação do Grupo Escolar Rural do Butantan, 1939. (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz-Instituto Butantan).

“Ainda no porão desse mesmo pavilhão, onde se esteriliza material contaminado de vírus de tifo exantemático, Afranio do Amaral ordenou a instalação da seção de botânica médica, de fotografia e gabinete dentário para o uso das crianças do Grupo Escolar do Butantan, sujeitando todo esse pessoal aos riscos de uma contaminação, além do perigo da intoxicação pelo gás dos aparelhos de esterilização ali instalados sem requisitos técnicos.”⁴⁰

Outra denúncia tratava do relato de alguns funcionários, que diziam ser uma prática do diretor encarcerar “pessoas não desejáveis”, como forma de punição:

“(…) existe no Butantan um grupo de celas para a fermentação de lixo (esterqueiras). Aproveitou-as o dr. Afranio para a prisão

⁴⁰ ABREU, padre. *A odiosa solução de um inquérito. Danos de ordem moral e material praticados pelo Sr. Afranio do Amaral, mantido no posto que vinha desonrando*. Pronunciamento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 29/09/1936. São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1936, p. 30.

*de vítimas de seus ódios pessoais. Nelas encarcerou uma de- mente moradora nas vizinhanças do Instituto e o mesmo prati- cou depois com outros indefesos moradores dos arredores.*⁴¹

No mesmo capítulo, mencionam-se os alunos do Grupo Escolar:

*“(...) prosseguindo em tais arbitrariedades, prendeu mais tar- de, nas mesmas câmaras de fermentação, três filhos menores do funcionário Francisco Campos, tendo sido, por esse motivo, ameaçado de morte pelo progenitor dos referidos menores.”*⁴²

O livro de registro de atividades do Clube Agrícola de d. Noêmia continha os nomes e endereços de todos os alunos, inclusive os de dois filhos do sr. Francisco Campos – Eunice César Campos e Paulo Isidoro César Campos. No mesmo livro, confirmam-se as atitudes punitivas de Afranio do Amaral, ao “castigar, da mesma forma, um filho de outro funcionário, A. Theophilo Martins”. No entanto, diante da atitude de ameaça do funcionário, o diretor do Instituto não teria levado sua ação às últimas conseqüências.⁴³ De alguma maneira, esse fato chegou ao conhecimento de d. Noêmia, pois constava em seu “livro de registros” o nome de Arthur Teófilo Martins, matriculado na 4ª série e sócio do Clube Agrícola do Grupo Escolar.

Todos esses “casos” envolvendo o cotidiano escolar obstavam às aspirações de d. Noêmia de trazer “os tempos áureos do mundo rural” a uma escola com esse perfil. Mesmo sendo uma escola especial e para poucos, era obrigada a dialogar com o mundo urbano e as instituições ligadas à capital e, mais que isso, a dar respostas que o momento exigia no plano educacional brasileiro. O aprendizado que ela acumulara nas instituições por que passou atestava seu empenho em dominar as técnicas e aplicá-las com o primor. É dela mesma o reconhecimento desse empreendimento, quando se aproximou do

⁴¹ Idem, p. 42.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Idem, ibidem.

governo de Getúlio Vargas e mostrou as imagens de um “pequeno exército” de meninos e meninas de “todas as raças”, construtores de uma nova mentalidade rural, civilizada e patriótica.

Ao perceber nas imagens enviadas os símbolos de uma “nova nacionalidade”, os órgãos oficiais do governo getulista ajudaram a divulgar o agora Grupo Escolar “Rural” do Butantan, tão representativo da elevação da pátria e de como cuidar das coisas do campo por meio da disciplina e do trabalho. Em 1939, a escola de Noêmia Cruz era um exemplo nacional de uma escola rural das aspirações estadonovistas. Para isso contribuiu o balanço do professor Carneiro Leão sobre a educação no meio rural, para quem no Brasil apenas três escolas rurais funcionariam dentro dos “critérios ruralistas”: a Escola Regional de Meriti, estabelecimento-modelo fundado e mantido pelo esforço de Amanda Álvaro Alberto, a Escola Rural Alberto Torres, em Pernambuco, e o Grupo Escolar do Butantan, em São Paulo.⁴⁴

A partir de uma carta enviada por Noêmia Cruz, a revista *Nossa Terra*, então vinculada ao Ministério da Agricultura, publicou uma matéria divulgando o trabalho realizado na Escola Rural do Butantan. O conteúdo da carta levou a um tratamento especial, e as imagens que ilustraram o texto da revista foram todas tiradas dos álbuns da própria d. Noêmia. Assim se exaltavam a escola e o trabalho da diretora (Figura 8):

“(...) tal como fez em seu último número em relação ao Grupo Escolar de Batatais, São Paulo, divulga Nossa Terra, agora, interessantes fotografias tomadas em torno das fainas agrícolas a que se entregam os alunos do Grupo Escolar do Butantan, no mesmo Estado, e cuja direção se acha confiada à professora Dona Noêmia Saraiva Mattos Cruz. São alguns quadros verdadeiramente empolgantes.”⁴⁵

⁴⁴ LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural: seus problemas e sua educação*, op. cit., p. 290.

⁴⁵ *Revista Nossa Terra* (Ministério da Agricultura). Rio de Janeiro, no.7,1939,p.8



Figura 8: O “pequeno exército” do Grupo Escolar Rural construindo a nação com seu trabalho (Acervo Noêmia Saraiva Mattos Cruz e Instituto Butantan).

O impacto das imagens e do teor da carta de d. Noêmia vale-ram-lhe uma outra inserção na Revista:

“Novas fotografias interessantíssimas estampam no presente número de Nossa Terra relativamente à educação agrícola pela escola rural. São diferentes aspectos de cultivos e criações feitos pelos alunos do Grupo Escolar Rural do Butantan, no Estado de São Paulo, e dos quais já nos temos ocupado em números anteriores.”⁴⁶

E também uma carta do Ministro da Agricultura, Fernando Costa:

⁴⁶ *Revista Nossa Terra* (Ministério da Agricultura) . Rio de Janeiro, nº 8, 1939, p. 13.

“(...) tenho a grata satisfação de acusar o recebimento de sua atenciosa remissiva, acompanhada de interessantes fotografias tiradas no Grupo Escolar Rural do Butantan do qual V.S. é digníssima diretora. As referidas fotografias, que mandarei publicar na revista deste ministério, Nossa Terra, provam que o espírito feminino, usando da influência que exerce sobre as crianças, ensinando-as de maneira interessante e divertida, contribui eficientemente para o fim que almejamos. Satisfeito por ver em V.S. uma adepta fervorosa do censo rural no Brasil, faço votos para que o Grupo Escolar do Butantan continue no seu propósito de preparar o espírito dos futuros homens que irão trabalhar para o engrandecimento do país. Prevaleço-me do ensejo para apresentar a V.S. os meus protestos de consideração e apreço. – Fernando Costa.”⁴⁷

Como vimos, o Grupo Escolar do Butantan alçou um lugar de importância indiscutível na defesa de um ensino ruralista no Brasil, numa tentativa de barrar valores urbanos cada vez mais dominantes, principalmente em São Paulo. A trajetória de Noêmia Saraiva Mattos Cruz, em sua incansável luta para implementar tal visão, foi reconhecida pelo governo getulista como capaz de congregar os valores rurais e nacionalistas impetrados pelo Estado. A “alma ruralista” da professora Noêmia, responsável pela concretização de suas intenções profissionais, esteve profundamente marcada por tecnologias urbanas e modernizantes, atreladas a uma ideologia nacionalista e de revigoramento racial. Sua “paulistanidade” era inconteste, na medida em que abraçou um projeto nacional em solo paulista. Mais uma vez, uma “bandeirante de estirpe e com alma ruralista” tentou projetar num Grupo Escolar o sonho de construção de uma nova nação brasileira.

⁴⁷ Idem.

Fontes

Abreu, Pe. *A odiosa solução de um inquérito. Danos de ordem moral e material praticados pelo Sr. Afranio do Amaral, mantido no posto que vinha desonrando*. Pronunciamento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 29/09/1936. São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1936.

Amaral, A. *Relatório Anual do Instituto Butantan*, 1933.

Cruz, N. S. M. *Livro de registros das árvores*. São Paulo, 1934. (manuscrito).

_____. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária do Grupo Escolar de Butantan*. Rio de Janeiro, Editores J.R.Oliveira, 1936.

Diário de São Paulo, São Paulo, 08/02/1945.

Leão, A. Carneiro. *A sociedade rural: seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro, Ed.A noite, 1939.

Mennucci, S. *Pelo sentido ruralista da civilização*. São Paulo, Revista dos Tribunaes, 1935.

Novos prédios para grupos escolares: estudos da directoria de ensino e da directoria de obras públicas. São Paulo, Secretaria dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. 1936.

Revista Nossa Terra. Rio de Janeiro, no.7, 1939.

Revista Nossa Terra. Rio de Janeiro, no.8, 1939.

As imagens apresentadas no presente artigo fazem parte do Acervo Iconográfico do Instituto Butantan.

Referências Bibliográficas:

ABRÃO, J. C. *O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FEUSP, 1982.

BARREIRO, I. M. de F. *Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963)*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação- USP, 1997.

- BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas 1919-1930*. São Paulo, Loyola, 1990.
- DEMARTINI, Z. de B. Noêmia Saraiva Mattos Cruz. In FÁVERO, Maria de Lourdes e Britto, J. de M. *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro, EdUFRJ-MEC-INEP, 2002.p.854-859
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- KALÓ, L. J. *A reconstrução da escola no meio rural: discursos em confronto*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – USP, 1997.
- MOTA, A. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- MOURA, M. I. G. L. *A cruzada ruralista: concepções, práticas e estratégias educacionais*. São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História-FFLCH-USP, 2004.
- PERISSINOTO, R. M., “Classes Dominantes, Estado e os Conflitos Políticos na Primeira República em São Paulo: Sugestões para Pensar a Década de 1920”. In: Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres Costa (orgs.), *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*, São Paulo, Unesp/Fapesp, 1997.
- PIRES, V. L. *O ensino de história nas escolas primárias 1940-1950*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação – USP, 1996.
- PORTO, M. do R. S. *Escola rural: cultura e imaginário*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - USP, 1994.
- ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes*, São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - USP, 2001.
- SALIBA, E. T. *Ideologia Liberal e a oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*. São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História, FFLCH-USP, 1981.
- TELAROLLI, R., *Organização Municipal e Poder Local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de História, FFLCH-USP, 1981.
- THERRIEN, J. e Damasceno, M. N. (orgs.) *Educação e escola no campo*. Campinas, Papirus, 1993.